

Portal da CTB

Comissão eleitoral suspende eleição dos metalúrgicos de Angra

O Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis (RJ) ainda não tem uma nova diretoria eleita. A comissão eleitoral, responsável pelo processo, deferiu ontem (31) que por conta de requerimentos de contagens de votos e verificação de documentação o resultado das eleições do sindicato não podem ser oficializadas. As suspeitas sobre a lisura do processo aumentaram, de acordo com a comissão eleitoral pelo fato de que "as listas de presença assinadas, bem como demais materiais utilizados no processo eleitoral foram indevidamente retirados da sede do sindicato, sem autorização da comissão eleitoral". A retirada da documentação, na alegação dos membros da comissão eleitoral, impede que os recursos impetrados sejam devidamente averiguados e deferidos.

A CTB-RJ acompanha com atenção o processo zelando sempre pela lisura e pela democracia do mesmo. Confira abaixo a nota divulgada pela comissão eleitoral:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A comissão eleitoral nomeada para coordenar o processo eleitoral para renovação da diretoria plena do sindicato dos metalúrgicos de angra dos reis comunica aos associados da entidade que, tendo ocorrido eleições sindicais nos dias 21 e 22 de outubro de 2014, não será possível, por ora, oficializar o resultado, haja vista que houve requerimentos de recontagem de votos e conferência da documentação eleitoral por duas chapas concorrentes.

No entanto, as cédulas eleitorais, as atas de coleta e apuração de votos, as listas de presença assinadas, bem como demais materiais utilizados no processo eleitoral foram indevidamente retirados da sede do sindicato, sem autorização da comissão eleitoral, estando até o momento em local incerto e não sabido, o que inviabiliza eventuais possibilidades recursais das chapas prejudicadas.

O fato foi noticiado à autoridade policial local, sendo objeto do registro de ocorrência n.166.04815/2014.

ASSIM SENDO, CONSIDERANDO QUE O MANDATO DA ATUAL DIRETORIA SE EXPIRA EM 31/01/2015, BEM COMO A GRAVIDADE DOS FATOS OCORRIDOS, A COMISSÃO ELEITORAL, REUNIDA EM 31/10/2014 resolveu suspender a proclamação oficial do resultado eleitoral, até que os fatos sejam apurados pela autoridade competente.

Angra dos reis, 31 de outubro de 2014.

Hélio Severino de Azevedo – presidente da comissão eleitoral

Deyvison dos Santos Lopes – membro da comissão eleitoral

Emanuel Cardoso de Resende – membro da comissão eleitoral

Paulo Ignácio Furtuozo – membro da comissão eleitoral

Fonte: CTB-RJ

Portal da CTB

Assembleia do Seeb-SE ocorre nesta quinta para homologar presidenta

Nesta quinta-feira (6), às 18h30, ocorre a Assembleia-Geral e Extraordinária do Sindicato dos Bancários de Sergipe (Seeb-SE) para aprovação do nome da sindicalista Ivânia Pereira da Silva para o cargo de presidenta do Seeb-SE, já que ela foi indicada por unanimidade pelo Sistema Diretivo do sindicato. Já que o cargo está vago desde a morte do presidente da entidade, José Souza de Jesus, 56, em 21 de outubro. A deliberação aconteceu no sábado (1º).

De acordo estatuto para o preenchimento da vacância, o nome obrigatoriamente é indicado pelo Sistema Diretivo da entidade e levado para a homologação da Assembleia-Geral Extraordinária da categoria, em prazo de até 60 dias a partir da vacância. Isso porque não existe no estatuto o cargo de vice-presidente que também não prevê a substituição automática por nenhum dos demais membros da diretoria. Para o preenchimento da vacância, o nome é indicado pelo Sistema Diretivo E deve ser homologado por uma assembleia da categoria, em prazo de até 60 dias a partir da vacância.

Quem é Ivânia

Ivânia Pereira é membro da Diretoria Executiva e a atual diretora de Imprensa do Seeb-SE. No último sábado, dia 01, seguindo o estatuto do sindicato, o nome dela foi indicado por unanimidade pelos 35 membros do Sistema Diretivo do Seeb-SE para assumir a vaga de presidente. Inicialmente, a assembleia extraordinária estava marcada para o próximo dia 5. A data foi alterada para seguir a norma estatutária.

Se confirmada pela assembleia geral dos bancários, Ivânia Pereira da Silva será a primeira mulher a comandar o Seeb-SE. Ela ingressou no Banco do Estado de Sergipe (Banese) em 1982.

Formada em Administração de Empresa, Ivânia é casada e tem um filho. Atualmente é secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CTB.

Fonte: Seeb-SE, por Déa Jacobina

Portal da UGT

UGT protesta contra Nissan no Salão do Automóvel

Um grupo de trabalhadores ligados à central sindical União Geral dos Trabalhadores - UGT, e também à CUT e Força Sindical, realizou na última sexta-feira, dia 31, um protesto em frente ao estande da marca japonesa Nissan, no Salão do Automóvel de São Paulo.

Organizado pela UAW - United Auto Workers, o sindicato dos metalúrgicos dos Estados Unidos, eles queriam chamar a atenção para a situação dos trabalhadores da Nissan americana, onde os trabalhadores são proibidos de se sindicalizarem.

O grupo formado por cerca de 80 pessoas, incluindo trabalhadores da Nissan dos Estados Unidos, entrou normalmente no recinto do Salão do Automóvel com ingressos e, lá dentro, vestiram camisetas com a frase "A Nissan não respeita os direitos dos trabalhadores". Após darem as mãos ao redor do estande e de conversarem com os visitantes, os manifestantes deixaram o local pacificamente.

É a primeira vez na história do salão, que ocorre a cada dois anos e está em sua 28ª edição, que um protesto de trabalhadores ocorre durante o evento.

Para Ricardo Patah, presidente da UGT, os trabalhadores norte americanos da Nissan precisam ter os mesmos direitos que a empresa concede em outros locais do mundo. "Práticas discriminatórias e antissindicais não podem ser aceitas. Elas são o primeiro passo para a precarização e a exploração dos trabalhadores. Por isso nos solidarizamos e apoiamos a luta da UAW", concluiu o sindicalista.

Com informações do Estadão

Portal da CSB

Fórum de Guadalajara 2014 debate os efeitos do neoliberalismo na América Latina

Evento realizado em parceria com a CSB discutiu também a importância do fortalecimento do movimento sindical

A 2ª edição do Fórum de Guadalajara aconteceu no México, entre os dias 20 e 23 de outubro. O evento teve como tema "As bases para uma nova ordem mundial: a política como forma superior de caridade". O encontro foi promovido pela Federação Revolucionária de Obreros e Campesinos do Estado de Jalisco (FROC-Jalisco), Confederação Revolucionaria de Trabajadores Obreros e Campesinos Guadalajara (CROC) e pelo Movimento de Solidariedade Ibero Americana (MSIA) em parceria com a CSB.

O fórum reuniu filósofos, políticos, economistas, sociólogos e sindicalistas para debater perspectivas e encontrar soluções para o processo de globalização e o efeito permanente das violações do direito internacional pelas potências hegemônicas. Os debates também trataram das ameaças à dignidade do trabalho humano, a crise financeira e a necessidade de novas regras éticas para um sistema econômico justo. Compareceram ao encontro sindicalistas do Brasil, México, Itália, Alemanha, Argentina, Camarões e Rússia.

O vice-presidente da CSB, Luiz Sergio Lopes, explicou que a participação no evento é fundamental para melhorar a visão ideológica dos dirigentes sindicais. Para ele, unir as lideranças e estimular sua visão participativa são os princípios do encontro. "Nesses eventos formam-se as sementes da luta e da vontade de um mundo mais igual. Temos que ter consciência de que o capitalismo visa apenas a exploração do trabalho e o aumento das desigualdades, por isso é necessário que se pense em uma nova forma de governar", afirmou.

Para Paulo Roberto de Oliveira, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (Sindpd-SP), o encontro contribui para o fortalecimento e criação de políticas nacionalistas. "Este fórum nos permite ouvir o que os mexicanos têm a nos dizer sobre a sua realidade. E diante desta perspectiva da opressão do neoliberalismo, a troca de experiências é essencial para o mundo do trabalho e para unir as organizações sindicais de Brasil e México. Os governos latino-americanos precisam atuar em conjunto para o fortalecimento das economias e no combate ao imperialismo", disse o dirigente.

Debates

A abertura do fórum foi realizada por Luiz Sergio Lopes, Antonio Alvarez Sparza, secretário-geral da FROC, e, pelo cardeal primaz da cidade de Guadalajara. No primeiro dia do evento, foi apresentado para os participantes o painel "2014 – Ano de Crise: que lições podemos aprender das últimas guerras mundiais".

No segundo dia, foi apresentado o painel brasileiro, focado no neoliberalismo e os trabalhadores. O vice-presidente da CSB fez uma exposição expondo toda a história do neoliberalismo no Brasil, bem como suas nefastas consequências para a população brasileira.

Lopes articulou sua explanação na possibilidade de intensificar o intercâmbio entre as entidades sindicais mexicanas e brasileiras para que o Brasil transmita a sua expertise no que diz respeito à luta contra as propostas que destroem os direitos dos trabalhadores. O dirigente enfatizou, ainda, a necessidade de os próprios mexicanos lutarem contra a opressão aos trabalhadores, como o Brasil tem feito constantemente em relação à pressão permanente para eliminar direitos e ganhos sociais. "Devemos lutar para que o governo brasileiro faça um equilíbrio entre o capital e o trabalho. Estamos sempre reagindo por meio do movimento sindical para evitar a desnacionalização da economia e garantir os direitos. Temos pela frente uma grande luta, um exercício de cidadania. É o povo que tem de conter esses desmandos, a força do Brasil está no seu povo. É necessário que sejam criadas leis que dificultem a importação de produtos que competem com os nacionais de forma desigual, só assim iremos fortalecer a economia brasileira", concluiu.

Antonio Randolpho, secretário para Assuntos de Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho do Sindpd, concorda com a coalizão de forças para a superação frente ao neoliberalismo e à globalização. Ele criticou a indústria predatória presente no Brasil, na qual a maioria dos eletrônicos, roupas e autopeças são importadas. "É fundamental encontrarmos um caminho de unidade para fortalecer a nossa economia e reindustrializar o Brasil no novo padrão tecnológico. Não podemos mais assistir a esse processo de destruição da nossa economia", criticou.

Segundo Antonio Jorge Gomes, vice-presidente Sindicato dos Profissionais Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio de Janeiro (SINTEC-RJ) e da CSB, é muito importante também repensar a questão da exploração da mão de obra. "O neoliberalismo contribuiu para a perpetuação da precarização do trabalho. No Brasil, ainda existem fazendas com trabalhadores escravos, as mulheres continuam sendo tratadas de forma desigual e com salários menores. Não podemos nos esquecer da indústria chinesa, que se beneficia diretamente exploração da mão de obra escrava, por isso conseguem conquistar mercados com valores muito abaixo. Assim, a economia de muitos países tem sido devastada. Brasil e México precisam se unir em devesa no mercado latino-americano", disse.

Para Ademir Francisco, secretário de relações sindicais do Sindpd, defender o trabalho, as organizações sindicais e os direitos adquiridos é defender a própria nacionalidade no combate ao liberalismo econômico. "Não existe nacionalidade se não defendermos o trabalho humano, suas organizações e direitos adquiridos. Sem isso, a nação desaba", afirma.

De acordo com Edmilson Antonio de Assis, secretário da CSB, os mais atingidos pela crise global foram os trabalhadores, que tiveram seus direitos restringidos com a famigerada flexibilização ocorrida em muitos países. "A crise de 2008, da qual ainda estamos sofrendo as consequências, foi fruto do capitalismo predatório que tem como objetivo aumentar as desigualdades sociais. Muitos governos se preocuparam em salvar empresas que não se preocuparam em manter os empregos. Isso precisa mudar. É necessário que a prioridade seja os trabalhadores e a sociedade", avaliou.

O painel de encerramento do fórum teve como tema "Legislação laboral, flexibilização e ações sindicais". O expositor foi Igor Tiago Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itatiba e Região. Os comentários ficaram a cargo de Marcelo Gonçalves, secretário nacional da juventude da CSB. "Tive a oportunidade de falar para uma plateia de centenas de jovens mexicanos e apresentei para eles os desafios que a juventude brasileira sofreu na década de 90 no enfrentamento com o liberalismo. Nós conseguimos mudar aquele cenário, por isso os jovens do México precisam se levantar contra os desmandos do capital e se unirem ao movimento sindical", contou Igor Tiago.

Agência Sindical, 31/10

Sindicalismo busca resgatar Ministério do Trabalho no governo Dilma

O Ministério do Trabalho e Emprego perdeu força, espaço e peso no governo. Especialmente a partir do governo neoliberal de Fernando Henrique, a Pasta se distanciou das demandas sindicais e dos trabalhadores. O ataque ao aparato público, escorado na ideia do Estado mínimo, sucateou o ministério, que perdeu equipe e equipamentos.

Criado por Getúlio Vargas, dentro da Revolução de 30, o ministério reconhecia pela primeira vez, no âmbito do Estado brasileiro, a existência do trabalhador e da classe trabalhadora. Observe que 1930 estava a apenas 42 anos da libertação dos escravos.

A Agência Sindical tem defendido o resgate do ministério e repercutido, inclusive no programa Câmara Aberta Sindical, muitas iniciativas de entidades pela valorização da Pasta. A exemplo do seminário promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais

Universitários Regulamentados, em abril de 2014, reunido Almino Afonso, Almir Pazzianotto, Rogério Magri, Walter Barelli e Dorothea Werneck.

Na quarta (29), durante entrevista na Câmara, o consultor João Guilherme Vargas Neto apontou uma contradição. Diz ele: "Os últimos anos, que foram de fortalecimento do sindicalismo e ampliação dos ganhos das categorias, viram minguar a postura e a atuação do ministério".

Série - Faremos uma série de matérias e publicaremos artigos acerca do Ministério do Trabalho e do seu papel.

Conheça mais essa história

O site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br) traz um rápido histórico pré e pós-criação da Pasta. Vale ler

A história do MTE

1912 - Foi constituída a Confederação Brasileira do Trabalho - CBT, durante o quarto Congresso Operário Brasileiro, realizado nos dias 7 e 15 de novembro, incumbida de promover um longo programa de reivindicações operárias: jornada de oito horas, semana de seis dias, construção de casas para operários, indenização para acidentes de trabalho, limitação da jornada de trabalho para mulheres e menores de quatorze anos, contratos coletivos ao invés de contratos individuais, seguro obrigatório para os casos de doenças, pensão para velhice, fixação de salário mínimo, reforma dos impostos públicos e obrigatoriedade da instrução primária.

1918 - Foi criado o Departamento Nacional do Trabalho, por meio do Decreto nº 3.550, de 16 de outubro, assinado pelo Presidente da República Wenceslau Braz P. Gomes, a fim de regulamentar a organização do trabalho no Brasil.

1923 - Foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, por meio do Decreto nº 16.027, de 30 de abril, assinado pelo Presidente Artur Bernardes.

1928 - Foi alterada a redação do Decreto que criou o Conselho Nacional do Trabalho por meio do Decreto nº 18.074, de 19 de janeiro, assinado pelo Presidente Washington Luiz.

1930 - Foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, assumindo a pasta o Ministro Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi organizado pelo Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro, com a seguinte estrutura:

- Secretário de Estado;
- Departamento Nacional do Trabalho;
- Departamento Nacional do Comércio;
- Departamento Nacional de Povoamento;
- Departamento Nacional de Estatística.

1932 - O Ministro de Estado Lindolfo Leopoldo B. Collor solicitou sua demissão em 2 de março, sendo seu sucessor o Ministro Joaquim Pedro Salgado Filho. Foram criadas as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio dos Decretos nºs 21.690 e 23.288, de 1º de agosto de 1932 e 26 de outubro de 1933, respectivamente.

1933 - Foram criadas as Delegacias do Trabalho Marítimo, por meio do Decreto nº 23.259, de 20 de outubro, para inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos.

1940 - As Inspetorias Regionais foram transformadas em Delegacias Regionais do Trabalho, por meio do Decreto-Lei nº 2.168, de 6 de maio.

1960 - O Ministério passou a ser denominado de Ministério do Trabalho e Previdência Social, por meio da Lei nº 3.782, de 22 de julho.

1964 - Foi criado o Conselho Superior do Trabalho Marítimo, por meio da Lei nº 4.589, de 11 de dezembro, constituído por representantes dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social, da Marinha, da Agricultura e dos Empregadores e Empregados.

1966 - Foi criada a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, por meio da Lei nº 5.161, de 21 de outubro, para realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho. Foi criado o Serviço Especial de Bolsas de Estudos - PEBE, órgão autônomo vinculado ao Ministério, extinto o Conselho Nacional do Trabalho, por meio do Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro.

1971 - Foi estabelecida, provisoriamente, por meio do Decreto nº 69.014, de 4 de agosto, a seguinte estrutura básica do Ministério:

- Gabinete do Ministro;
- Consultoria Jurídica;
- Divisão de Segurança e Informações;
- Secretaria-Geral;
- Inspetoria-Geral de Finanças;
- Conselho Nacional de Política Salarial;

Comissão da Ordem do Mérito;
Secretaria do Trabalho;
Secretaria da Previdência Social;
Secretaria da Assistência Médico-Social;
Departamento de Administração;
Departamento do Pessoal.

1972 - Foi criado o Conselho Consultivo de Mão de Obra, por meio do Decreto nº 69.907, de 7 de janeiro.

1974 - O Ministério passou a ser denominado de Ministério do Trabalho, por meio da Lei nº 6.036, de 1º de maio.

1976 - Foi criado o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural, SENAR, órgão autônomo vinculado ao Ministério, por meio do Decreto nº 77.354, de 31 de março.

1977 - Foi criado o Conselho Nacional de Política de Emprego, por meio do Decreto nº 79.620, de 18 de janeiro.

1978 - Foi alterada a denominação da FUNDACENTRO para Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho, por meio da Lei nº 6.618, de 16 de dezembro. Foi alterada a denominação do Conselho Consultivo de Mão de Obra para Conselho Federal de Mão de Obra, por meio do Decreto nº 81.663, de 16 de maio.

1980 - Foi criado o Conselho Nacional de Imigração, por meio da Lei nº 6.815, de 19 de agosto.

1989 - Foram extintas as Delegacias do Trabalho Marítimo, o Conselho Superior do Trabalho Marítimo, o Conselho Federal de Mão de Obra e o PEBE, por meio da Lei nº 7.731, de 14 de fevereiro. Foi criado o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por meio da Lei nº 7.839, de 12 de outubro.

1990 - Foi criado o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, por meio da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro. Por meio da Lei nº 8.028, de 12 de abril, foram criados os seguintes órgãos:

Conselho Nacional de Seguridade Social;
Conselho Nacional do Trabalho;
Conselho de Gestão da Proteção ao Trabalhador;
Conselho de Gestão da Previdência Complementar;
Conselho de Recursos do Trabalho e Seguro Social.
Foram também extintos os seguintes órgãos:
Conselho Nacional de Política Salarial;
Conselho Nacional de Política de Emprego.

A referida Lei também alterou a denominação do Ministério, que passou a se chamar Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

1991 - Foi extinto o SENAR, por meio do Decreto de 10 de maio.

1992 - O Ministério passou a ser denominado Ministério do Trabalho e da Administração Federal, por meio da Lei nº 8.422, de 13 de maio. Por meio do Decreto nº 509, de 24 de abril, foi criada a DRT no Estado de Tocantins e extintos os seguintes órgãos:

Conselho Nacional de Seguridade Social;
Conselho de Gestão da Proteção ao Trabalhador;
Conselho de Gestão da Previdência Complementar;
Conselho de Recursos do Trabalho e Seguro Social;
Conselho Nacional do Trabalho.

Por meio da Lei nº 8.490, de 19 de novembro, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho e o Ministério passou a ser denominado de Ministério do Trabalho.

1995 - O Ministério do Trabalho passou a ter nova estrutura organizacional por meio do Decreto nº 1.643, de 25 de setembro. A Secretaria de Controle Interno - Ciset foi transferida para o Ministério da Fazenda por meio do Decreto nº 1.613, de 29 de agosto.

1999 - O Ministério passou a ser denominado Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Medida Provisória nº 1.799, de 1º de janeiro. Com o Decreto nº 3.129 de 9 de agosto de 1999 o Ministério passou a ter seguinte estrutura organizacional:

Gabinete do Ministro;
Secretaria-Executiva;
Consultoria Jurídica;
Corregedoria;
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego;
Secretaria de Inspeção do Trabalho;
Secretaria de Relações do Trabalho;

Delegacias Regionais do Trabalho;
Conselho Nacional do Trabalho;
Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
Conselho Nacional de Imigração;
Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO.

2003 - Aprovada a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego pelo Decreto nº 4.634, de 21 de março; O Decreto nº 4.764, de 24 de junho, estruturou a Secretaria Nacional de Economia Solidária; e foi instituído o Fórum Nacional do Trabalho pelo Decreto nº 4.796, de 29 de julho.

2004 - O Decreto nº 5.063, de 3 de maio, deu nova Estrutura Regimental ao Ministério do Trabalho e Emprego, estruturando a Ouvidoria-Geral e o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude.

2008 - O Decreto nº 6.341, de 3 de janeiro alterou a nomenclatura das Delegacias Regionais do Trabalho para Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, das Subdelegacias do Trabalho para Gerências Regionais do Trabalho e Emprego e das Agências de Atendimento para Agências Regionais.

As Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego passaram a ser competentes pela execução, supervisão e monitoramento de todas as ações relacionadas às políticas públicas afetas ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Portal da CUT

Acordo de estabilidade do SINA é referência na aviação, afirma ITF

Documento assegura garantia no emprego nos aeroportos concedidos à iniciativa privada até 2020
Escrito por: CNTT/CUT • Publicado em: 03/11/2014

A Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte (ITF), entidade que representa sindicatos dos setores aéreo, marítimo, terrestre, ferroviário em vários países, elogiou o acordo de estabilidade no emprego firmado neste ano entre o Sindicato Nacional dos Aeroportuários (SINA/CUT), o governo federal e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

A entidade destaca que "o acordo do SINA é uma referência" porque assegurou aos aeroportuários dos Aeroportos de Guarulhos, Viracopos (Campinas) e Brasília – que desde 2013 são operados em regime de concessão entre a Infraero e a iniciativa privada -- estabilidade no emprego até 31 de dezembro de 2020. "Já havíamos fechado um primeiro acordo com estabilidade até 2018. Agora, neste ampliamos o período que será valioso para garantir postos de trabalho e redefinir o futuro da aviação no Brasil", afirma Francisco Lemos, presidente do SINA.

Lemos ressalta que o Sindicato está contribuindo com as entidades sindicais internacionais, compartilhando essa experiência, que representa a luta por mais justiça e equilíbrio para os trabalhadores.

Visão de futuro

Segundo o secretário regional da ITF-Américas, Antônio Fritz, o SINA tem visão de futuro. "O acordo foi visionário, aceitou o desafio de mudanças, respeitando os trabalhadores, garantindo direitos e estabelecendo obrigações para ambas as partes. Enquanto os aeroportuários brasileiros caminham para o futuro, alguns países da nossa base andam para trás, praticando demissões em massa", relata.

O Acordo do SINA e Infraero foi traduzido pela ITF para o inglês e espanhol.

Filiados

O SINA e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (FENTAC/CUT) são filiados à ITF e juntos têm acompanhando desde o início o processo de concessão dos aeroportos da Infraero no Brasil e a luta em defesa dos direitos da categoria na aviação civil.

Portal da CUT

Em nota, Contracs repudia empresa de telemarketing

Confederação ressalta importância de regular jornada de trabalho e estabelecer piso salarial

Escrito por: CUT • Publicado em: 03/11/2014 - 15:14 • Última modificação: 03/11/2014 -

Em nota publicada no site da entidade, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs) ressaltou a importância de regular o setor de telemarketing e aprovar medidas como o PL 2673/2007 que tem como objetivo disciplinar a jornada de trabalho e as condições de trabalho no teleatendimento e o PL 6875/13, que visa regulamentar a profissão dos tele-atendentes estabelecendo o piso mínimo salarial.

A nota veio após denúncias veiculadas por um programa dominical que demonstrou o sistemático abuso de poder, assédio moral e uso de violência psíquica e psicológica contra os funcionários de algumas empresas da área.

Confira a nota completa:

Contracs repudia empresas de telemarketing

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs/CUT) solidariza-se com os trabalhadores em teleatendimento e vem por meio desta nota repudiar as empresas deste setor, que causam tantos transtornos aos seus trabalhadores.

Um setor que emprega mais de um milhão e meio de trabalhadores e trabalhadoras, em sua maioria no primeiro emprego e com idades entre 18 e 29 anos, deveria ser mais responsável e proibir o uso sistemático do assédio moral como prática de gestão para o atingimento de metas.

Recentemente, o programa Fantástico transmitiu uma reportagem que envolvia as empresas Contax, Alma Viva e Brasil Center com denúncias graves de humilhação, agressão, assédio moral, controle das pausas para ir ao banheiro e invasão da privacidade de seus funcionários.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, que tem em algumas de suas bases trabalhadores em teleatendimento, repudia veementemente as práticas realizadas por estas e outras empresas deste segmento.

É incabível que empresas façam uso de assédio moral e violência com trabalhadores, que estão no início de sua vida laboral. Tais práticas levam ao adoecimento de milhões de trabalhadores no Brasil, fazendo com que os danos sejam irreparáveis. Muitos deles certamente não poderão continuar trabalhando devido aos danos psicológicos seríssimos que sofreram.

Neste sentido, a Contracs reitera a importância de regular o setor e aprovar medidas legais, tal como o PL 2673/2007 que tem como objetivo disciplinar a jornada de trabalho e as condições de trabalho no teleatendimento e o PL 6875/13, que visa regulamentar a profissão dos tele-atendentes estabelecendo o piso mínimo salarial, organiza os descansos e estabelece jornada de trabalho e descanso semanal remunerado.

Além disso, a Contracs posiciona-se contrário as práticas de assédio moral e violência e destaca que o trabalhador/a e suas necessidades básicas de saúde física e mental sejam respeitados em quaisquer circunstância e ou setor econômico.

Alci Matos Araujo – Presidente

Domingos Braga Mota - Secretário de Saúde e Segurança

Portal da CUT

Assédio Moral: MPT-SP tem recorde de denúncias

Assédio ocorre quando o funcionário é exposto a situações humilhantes por gestores

Escrito por: Seeb São Paulo • Publicado em: 03/11/2014

O Ministério Público do Trabalho (MPT) de São Paulo já registra este ano um recorde em investigações de casos de assédio moral no estado. Se em 2009 o volume de queixas foi de 438, apenas nos primeiros nove meses deste ano já são 962. O balanço não informa, no entanto, as empresas denunciadas nem as categorias trabalhistas das vítimas.

O secretário de Saúde do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Dionísio Reis, lembra que os bancários estão entre as categorias que mais sofrem com o problema. "A prática de assédio moral está fortemente ligada às exigências crescentes por produtividade. No setor bancário observamos grande incidência dessa prática uma vez que o crescimento acelerado da lucratividade é objetivo maior das instituições financeiras. Os bancários deparam com excessiva cobrança por metas abusivas e feita de forma inadequada. Algo que nós já estamos combatendo há muito tempo."

Para ele, essa luta constante do movimento sindical não só resultou em conquistas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, como também tem conscientizado os bancários sobre o problema.

Essa também é a opinião da médica sanitarista e pesquisadora da Fundacentro, Maria Maeno. "Sabemos que o assédio moral é muito comum no ambiente de trabalho bancário e que os sindicatos da categoria combatem o problema há muito tempo. Por isso mesmo os bancários são muito bem informados sobre o assunto e conseguem identificá-lo".

O que é?

O assédio moral no trabalho ocorre quando o funcionário é exposto a situações humilhantes e constrangedoras pelos gestores, muitas vezes na frente de outros colegas, e de forma repetida.

"Nos bancos o assédio é organizacional. Ou seja, faz parte da própria forma como as empresas se organizam, com metas cada vez maiores a serem alcançadas e o incentivo à competição. Mas temos avançado no combate em nossas campanhas", destaca Dionísio.

O dirigente lembra que em 2010 os bancários conseguiram incluir na CCT o instrumento de combate ao assédio moral. A cláusula 56ª, intitulada Protocolo para Prevenção de Conflitos no

Ambiente de Trabalho, possibilita que o trabalhador denuncie o assédio ao Sindicato para que o caso seja investigado tanto pela entidade quanto pelo banco - as instituições financeiras têm prazo de 45 dias para responder e tomar atitude em relação à queixa. Além disso, está garantido o anonimato do reclamante.

Este ano os bancários ampliaram essa mesma cláusula incluindo item específico sobre cobrança de metas. A nova redação prevê que o "monitoramento de resultados", como os bancos chamam a cobrança de metas, seja feito "com equilíbrio, respeito e de forma positiva para prevenir conflitos nas relações de trabalho".

Outra conquista de 2013 está na cláusula 36ª, que proíbe o gestor de enviar mensagens para o telefone celular particular do empregado, principalmente se for para cobrar o cumprimento de metas. A conquista veda, ainda, a publicação de ranking individual de resultados.

Portal da CUT

CUT-SP realizará encontro sobre Combate ao Racismo

Dirigentes se reúnem na próxima semana para avaliar os rumos e desafios sobre a questão racial

Escrito por: Flaviana Serafim/CUT-SP • Publicado em: 31/10/2014

A Secretaria de Combate ao Racismo da CUT São Paulo promove encontro estadual nos dias 6 e 7 de novembro, em evento no Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. O objetivo é discutir, entre outros temas, os rumos e desafios da CUT em relação à paridade de gênero com recorte de raça nas instâncias da Central, bem como uma avaliação sobre o espaço aos negros/as nos cargos de poder conquistados na última eleição.

"Temos discutido muito a questão da paridade, que é fundamental na Central, mas é preciso debater como a medida se dará em relação ao recorte racial e de que forma as mulheres negras estão inseridas nesse processo", afirma Rosana Aparecida da Silva, secretária estadual de Combate ao Racismo da CUT-SP.

No encontro também será feito um balanço das ações sindicais na questão racial. Pesquisa com dados do Dieese divulgada em julho último, na 14ª Plenária Nacional da CUT, revelou que os negros e pardos são 64,2% na direção nacional da Central e 65,8% na direção das Estaduais. Entretanto, o mesmo levantamento apontou as dificuldades na implementação de políticas de igualdade racial e de combate à discriminação nos locais de trabalho.

"Os negros e mulheres são maioria entre os dirigentes cutistas. Por isso, queremos discutir em que cargos estão e qual atuação sindical têm", completa a dirigente.

Além dos debates, a abertura do evento terá um coquetel dançante no Café dos Bancários, com a participação do cantor e percussionista Crespo.

Confira a programação e participe enviando sua inscrição previamente no e-mail racial@cutsp.org.br. Outras informações no fone (11) 2108-9178.

Programação

Dia 6/11 (quinta)

16h - Recepção e credenciamento dos participantes

17h - Abertura

20h - Coquetel dançante no Café dos Bancários com o cantor e percussionista Crespo

Dia 07/11 (sexta)

9h - Recepção e credenciamento dos participantes

9h30 - Retrospectiva da questão racial: "Pensar 30 anos da CUT"

10h30 - Cotas: serviços públicos e experiências (Seppir/PR e Prefeitura de São Paulo)

12h30 - Almoço

14h - Debate sobre a população negra nos cargos, paridade de gênero dentro da Central e apresentação de dados do Dieese com estatísticas sobre a população negra

16h - Avaliação 17h - Encerramento

Encontro Estadual de Combate ao Racismo da CUT São Paulo

Data: 6 e 7 de novembro de 2014

Local: Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região

Rua São Bento nº 413 - Centro - São Paulo - SP

Inscrições: racial@cutsp.org.br - Informações: (11) 2108-9178

Portal da CTB

Campanha Salarial dos Canavieiros de Zona da Mata segue no processo de negociação

A Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Pernambuco (Fetape) e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata se reuniram na quarta-feira (29), com a classe patronal, para a 5ª rodada de negociações da 35ª Campanha Salarial dos Canavieiros. O encontro aconteceu na

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), no Recife. Até o momento, das 90 cláusulas apresentadas, 83 já foram negociadas em reuniões anteriores.

Em assembleia os canavieiros debateram as últimas pautas que faltam para fechar a campanha salarial deste ano. Em assembleia os canavieiros debateram as últimas pautas que faltam para fechar a campanha salarial deste ano.

Entre as propostas discutidas estão alimentação no local de trabalho, cesta básica de R\$90, contratação de mulheres, tabela de tarefas, contrato por tempo indeterminado, piso de garantia de 20% e salário de R\$ 890.

Para o diretor de Política Salarial da Fetape, Gilvan José Antunis, as últimas cláusulas são as mais difíceis de se negociar, por abordarem questões econômicas. "Esperamos que a classe patronal venha com melhores propostas para os trabalhadores, uma vez que as propostas de ontem não foram tão satisfatórias", afirma.

Durante a quarta rodada, que contou a presença de representantes da Fetape, Contag, dos Sindicatos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e da classe patronal, cinco cláusulas foram negociadas: jornada de trabalho, PIS, hora extra, salário família e habitação rural.

Fonte: Contag

Portal da CUT

Mundo tem 35,8 milhões de escravos modernos, aponta estudo

Relatório de fundação diz que, para alguns, exploração é única forma de sobrevivência

Escrito por: Andreia Verdélio - Agência Brasil • Publicado em: 03/11/2014

Dados inéditos da fundação internacional Walk Free revelam que cerca de 35,8 milhões de pessoas são mantidas em situação de escravidão no mundo. O relatório de 2014 da organização ainda será lançado no dia 18 de novembro e a versão em português será apresentada em 1º de dezembro, no Rio de Janeiro, durante a entrega do Prêmio João Canuto, de direitos humanos.

Representante da Walk Free no país, Diana Maggiore, conta que o número de pessoas escravizadas hoje cresceu 20%, em relação aos 29,8 milhões de pessoas apontadas no The Global Slavery Index 2013, o primeiro relatório da organização.

Segundo a Walk Free, no Brasil há cerca de 220 mil pessoas trabalhando como escravos. Maggiore explicou que, em 2013, pela primeira vez, o número de pessoas resgatadas de situações de escravidão no setor urbano foi maior que no setor rural no país. "Por causa dos eventos esportivos, tivemos muitos registros na construção civil e a tendência deve continuar até as Olimpíadas. O Brasil está crescendo, daqui a alguns anos pode ser diferente", disse.

Entre as formas de escravidão estão o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, a exploração sexual, o recrutamento de pessoas para conflitos armados e o trabalho forçado em condições degradantes, com extensas jornadas, sob coerção, violência, ameaça ou dívida fraudulenta. Os últimos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2012, apontam que quase 21 milhões de crianças e adultos estão presos em regimes de escravidão em todo o mundo.

O maior número de trabalhadores forçados, segundo a OIT, está na Ásia e região do Pacífico, com 11,7 milhões de pessoas nessas condições. No último dia 23 de outubro, Sandra Miranda, de Brasília, recebeu uma encomenda do site chinês AliExpress com um pedido de socorro: "I slave. Help me [Sou escravo, ajude-me]". A filha da advogada colocou a foto da mensagem nas redes sociais e já teve mais de 15 mil compartilhamentos. "Fiquei perplexa, pensei até que fosse brincadeira, mas o pacote estava muito bem fechado, então veio mesmo de quem embalou", disse.

"A alegação feita contra um dos vendedores da plataforma AliExpress está sendo investigada", respondeu a empresa do Grupo Alibaba. Segundo Sandra Miranda, um representante da empresa entrou em contato e explicou que o site apenas revende os produtos que já chegam embalados de diversas fábricas e que precisaria rastrear de qual vendedor veio o seu produto.

A Embaixada da China no Brasil respondeu dizendo que o país asiático tem leis que proíbem rigorosamente o trabalho escravo e um órgão que atua para sua erradicação, similar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Brasil. Sobre o pedido de socorro no pacote de Sandra Miranda, não há solução, segundo a embaixada, já que no bilhete não havia nome, nem nada que pudesse levar à identificação da vítima.

A mensagem, entretanto, chamou atenção para a situação dos trabalhadores daquele país. Segundo o coordenador Nacional do Programa de Combate ao Trabalho Forçado da OIT no Brasil, Luiz Machado, já houve outras mensagens semelhantes, não só no Brasil, e mostra um problema grave que deve ser endereçado às autoridades chinesas.

Machado explica que, independente da China não ter ratificado as convenções sobre trabalho escravo da organização, a OIT lançou em 1998 a Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, que prega a erradicação do trabalho escravo e infantil, a não discriminação no trabalho

e a liberdade sindical. “A China fez avanços e vem trabalhando melhor a regulação da relação de trabalho, coisa que nem existia por lá. A OIT tem escritório no país e projetos de cooperação técnica na área, ela [China] vem se abrindo a aceitar essa cooperação, aceitar observar os direitos humanos”, explicou.

Segundo Machado, o perfil de trabalhadores escravizados na Ásia não é muito diferente de outros lugares do mundo. São pessoas pobres, a maioria mulheres e crianças, por serem mais vulneráveis, que geralmente migram do seu local de origem, dentro do próprio país ou não, por conta própria ou forçados, e sem educação formal aceitam qualquer proposta de trabalho; podem ser enganadas ou ter a liberdade cerceada e acabam aceitando a exploração por ser a única forma de ganhar um pouco de dinheiro ou comida.

O coordenador da OIT explica que qualquer governo que tenha relações comerciais com outro país e que perceba que, no processo de fabricação de seus produtos, há a utilização de trabalho escravo, pode impor condições para sua comercialização, assim como faz o setor privado.

“Temos o caso clássico de Myanmar, que sofreu condenação na OIT e sanções econômicas por causa da exploração de trabalho forçado. Existem casos mais específicos de empresas privadas, como o embargo da indústria automotiva ao aço brasileiro. Em determinado momento, descobriu-se que o carvão utilizado em siderúrgicas vinha de trabalho escravo e infantil e do desmatamento ilegal. As pessoas começaram a dar mais atenção a toda a cadeia de valor”, contou Machado.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil não mantém acordos bilaterais de combate ao trabalho escravo nem impõe sanções unilaterais a outros países por questões sociais. “O Brasil defende que eventuais sanções sejam determinadas por órgãos multilaterais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na área de combate internacional ao trabalho escravo, o país participou neste ano, em Genebra, da elaboração do novo protocolo da Convenção da OIT sobre trabalho escravo. O governo brasileiro deverá ser um dos primeiros países a ratificá-lo”, disse o Itamaraty, em nota.

Segundo Machado, o Brasil é um dos pouquíssimos países que tem estrutura específica de combate ao trabalho escravo, que são os grupos de fiscalização móvel do MTE, em parceria com a Polícia Federal. De 1995 até 2013, quase 47 mil vítimas foram resgatadas da situação de escravidão no Brasil, entre brasileiros e estrangeiros. Historicamente, os setores agropecuário e sucroalcooleiro são os que mais aparecem na lista suja do trabalho escravo, mas a construção civil e a moda vêm ganhando destaque.

Para o coordenador da OIT no Brasil, o país deve se preparar para enfrentar a questão da imigração, já que cada vez mais latino-americanos, africanos e asiáticos estão vindo em busca de trabalho. “Não há um processo ainda desburocratizado para apoiar o trabalhador migrante. O Estatuto do Estrangeiro, de 1980, tem que ser revisado e adequado ao novo cenário global de fronteiras”, argumentou Machado.

Organizado por Ernesto Germano